



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

## ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

\* MINUTA DE DOCUMENTO

DOD:		Processos:		Fornecedor:	
ETP:		Vigência:		CNPJ:	
TR:		Valor:		Objeto:	
Edital:		Garantia:		Fundamento:	
Proposta:		Conta vinc.:	n/a	Preposto:	
ARP:		Fiscais:		Apostila:	
Contrato:					
Aditivos:					
Empenhos:					

MINUTA TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX  
PARA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por meio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 543, São Pedro, nesta Capital, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.955.085/0001-85, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o senhor **Adriano Nogueira Batista**, nomeado(a) pela Portaria 211/2020, de 26 de agosto de 2020, publicada no DJE n.º 164 de 27 de agosto de 2020, com fulcro no art. 70, XVIII, da Resolução 487/2022 SEI n.º (0700568) - Regulamento da Secretaria deste Tribunal.

**CONTRATADA:** A empresa XXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º XXXXXXXX, com sede localizada na XXXXXXXX - CEP XXXXXXXX - Fone: XXXXXXXX - e-mail: XXXXXXXX - neste ato representado(a) pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representante legal da empresa.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n.º xx/2021 (evento) que consta no Processo n.º (xxxxxxx), e da Ata de Registro de Preços xx/2021 (evento), constante no Processo n.º (xxxxx) mediante as cláusulas e condições a abaixo enunciadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral, situados na Capital e no interior do Estado de Roraima, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade civil, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (xxxxx) e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência (XXXXX), ao Edital e demais anexos da Licitação (xxxxxx) e a proposta (xxxxx) vencedora da licitação independentemente de transcrição.

1.3. O objeto desta contratação encontra-se, conforme quadro abaixo:

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO						
VALOR EM RISCO DECLARADO – VRD						
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Imóvel (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor do Imóvel+ Bens Móveis (R\$)	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	8.398.054,00	12.904.463,10	21.302.517,10	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 – São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	3.099.000,00	300.981,67	3.399.981,67	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro – CEP 69.306-000 - Caracarái	412	364.676,00	351.020,28	715.696,28	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	396.270,00	368.445,32	764.715,32	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	396.270,00	403.399,48	799.669,48	R\$ xxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	396.270,00	570.413,39	966.683,39	R\$ xxxxxx
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro – CEP 69.340-000 - Mucajai	376	900.000,00	360.654,67	1.260.654,67	R\$ xxxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro – CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	900.000,00	539.966,83	1.439.966,83	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	900.000,00	408.041,96	1.308.041,96	R\$ xxxxxx
Total Geral (R\$)		6.906	15.750.540,00	16.207.386,70	31.957.926,70	R\$ xxxxxx

1.4. O valor acima estimado do prêmio é relativo ao período de 12 meses, já incluso o valor da apólice.

## 1.5. Das Coberturas e franquias, conforme o dano:

Item	Tipo de Cobertura	Risco	LMI -Valor (R\$)	Franquia percentual (%)	Franquia mínima (R\$)
1	Incêndio (inclusive em consequência de tumultos), raio e explosão de qualquer natureza.	Relativo	31.957.926,70	Sem franquias	-
2	Danos elétricos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00
3	Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	Absoluto	15.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 300,00
4	Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	Relativo	40.000,00	Sem franquias	-
5	Alagamentos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00
6	Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	25.000,00	Sem franquias	-
7	Responsabilidade civil operação	Absoluto	40.000,00	Sem franquias	-
8	Recomposição de registros e documentos	Absoluto	20.000,00	Sem franquias	-

LMI – Limite Máximo de Indenização

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura.

2.1.1 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses termos do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

2.1.1.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.2. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.1.3. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- 2.1.1.4. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.1.1.5. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
  - 2.1.1.6. haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
  - 2.1.1.7. seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ....., conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº xxxxxxx.

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO			
VALOR EM RISCO DECLARADO – VRD			
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ xxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ xxxxxx
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajai	376	R\$ xxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ xxxxx
Total Geral (R\$)		6.906	R\$ xxxxxxx

- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. A execução será indireta na modalidade fornecimento e prestação de serviço associado, pois o regime de contratação envolve fornecimento do objeto (materiais/equipamentos), e também serviços (mão de obra).
- 3.4. O pagamento será por preço unitário, isto é, por preço certo de unidades determinadas;

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O crédito pelo qual correrá a despesa estão programadas em dotação orçamentária própria conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/070028  
Fonte: xxxxx  
Programa de Trabalho: xxxxxxxx  
Elemento de Despesa: xxxxxxxx  
Pl: xxxxxxxx  
Nota de empenho: xxxxxxx

- 4.2. Para o presente exercício as despesas serão custeadas pela Nota de Empenho xxxxxxx.
- 4.3. Para os exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos, ficando a Contratante obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva nota de empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária, sendo que a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura será oportunamente realizada por meio de termos aditivos ou apostilamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO, REAJUSTES E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. Os critérios e a periodicidade e prazo para pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Termo de Referência (xxxxx).

- 5.1.1. Não havendo prazo definido no Termo de Referência, fica estabelecido que:
- 5.1.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do atesto definitivo pelo fiscal do contrato na fatura/nota fiscal, em relação ao item concluído ou entregue;
- 5.1.1.2. Junto com a fatura/nota fiscal a contratada deverá fazer a indicação domicílio bancário ou outro meio/local, sem erro ou rasura, para recebimento de pagamento;
- 5.2. A contratada quando apresentar fatura/nota fiscal para pagamento deverá informar o enquadramento tributário referente ao objeto contratado e fazer constar todas as alíquotas na nota fiscal, devendo também indicar o fundamento legal em caso de não incidência, isenção tributária ou qualquer outro benefício, sob pena de sofrer retenções na fonte nos percentuais máximos previstos em lei.
- 5.2.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes tributos:
- 5.2.1.1. Imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações e IN RFB nº 1.234/12.;
- 5.2.1.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar n.º 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor. Em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço" (art. 3º da LC 116/2003), mais deve-se consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003;
- 5.2.1.3. Retenções previdenciárias aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada, quando for o caso, observando a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11.
- 5.2.1.3.1. No caso de cessão de mão-de-obra ou empreitada, haverá retenções previdenciária, por isso a Contratada deverá indicar o CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário)
- 5.2.1.3.2. Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, vigilância e limpeza ou conservação) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente);
- 5.2.1.4. Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração com o devido enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e §7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS

- 5.3. A cada solicitação de pagamento a empresa deve comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação da licitação. Essa comprovação poderá ser mediante a regularidade junto ao SICAF.
- 5.4. O prazo do item 5.1.1.1. somente será considerado quando não houver nenhuma pendência a ser sanada pela contratada. Havendo necessidade de reapresentação de nova nota fiscal ou de comprovação de regularidade da habilitação o prazo pode ser interrompido, voltando a fluir após a resolução das pendências.
- 5.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo **Tribunal de Regional Eleitoral de Roraima**, entre a data de efetivo pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento do serviço ou entrega do bem, será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0023014$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

- 5.6. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, podem ser reajustados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 5.6.1. Os os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços será 12 (doze) meses contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela licitante no caso do primeiro reajuste. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, a data será a de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
- 5.6.2. O critérios de atualização monetária será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido IBGE, acumulado em 12 (doze) meses. O índice será aplicado sobre o valor inicial do contrato.
- 5.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

- 5.7.1 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e o contrato seja prorrogado sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 5.7.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 5.7.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.
- 5.7.4. A repactuação/reajuste deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
- 5.7.4.1. A repactuação/reajuste será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos para o caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.
- 5.8. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso ou para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso será de 30 (trinta) dias úteis;

#### CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA

- 6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ....., correspondente a 5% do valor do valor inicial do contrato, mediante a opção por uma das modalidades legais (caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária – art. 56 da Lei 8.666/93)
- 6.1.1. O prazo de apresentação da garantia será 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do contrato.
- 6.1.2. A garantia terá validade de 90 dias após o término da vigência contratual.
- 6.2. A garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- 6.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.
- 6.4. A modalidade caução em em dinheiro ou títulos da dívida pública deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Contratada.
- 6.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2%.
- 6.6. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais.
- 6.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 6.8. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada tenha cumprido todas as cláusulas do contrato;
- 6.9. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.10. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria. Aplicável aos contratos que tem mão de obra vinculadas ao contrato.
- 6.11. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual nas hipóteses de utilização para pagamento de multas contratuais ou prorrogação de vigência contratual e/ou complementá-la em caso de modificação do valor do objeto contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência no Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico n.º \_\_/20 \_\_, deve:
- 7.2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato, quando for o caso;
- 7.2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 7.2.3. comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 7.2.4. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução de serviços objeto deste contrato;
- 7.2.5. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto deste contrato;
- 7.2.6. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 7.2.7. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 7.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 7.4. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.5. A CONTRATANTE deve:
- 7.5.1. expedir a ordem de serviço/fornecimento;
- 7.5.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço, quando for necessário;
- 7.5.3. prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 7.5.4. exercer a fiscalização dos serviços prestados;
- 7.5.5. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 7.5.6. rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimento executados em desacordo com o contrato;
- 7.5.7. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

- 8.1. Além das penalidades previstas no Termo de Referência e no Edital, cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.
- 8.1.1. Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:
- ITEM I - Advertência;
- ITEM II - Multa nos limites definidos no Termo de Referência;
- ITEM III - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;
- ITEM IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Federal - União, até que seja promovida a reabilitação, facultado à CONTRATADA o pedido de reconsideração da decisão ao Presidente do Tribunal no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo;
- 8.2. Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;
- 8.3. - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;
- 8.4. As penalidades aplicadas, após regular processo administrativo, serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.5. Em quaisquer casos, a Administração haverá de comunicar formalmente ao indiciado qual foi a falta cometida, indicando os dispositivos contratuais infringidos, abrindo-se prazo para apresentação de defesa.
- 8.6. As penalidades acima são cumulativas entre si.
- 8.7. A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78 , 79 e 80 da Lei nº. 8.666/93, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. A rescisão por ato unilateral e escrito da Administração ocorrerá nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA para apresentar defesa;
- 8.9. A rescisão amigável se dará por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 8.10. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 8.11. A rescisão amigável, por acordo entre as partes, será reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração **CONTRATANTE**;
- 8.12. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

- 9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INTIMAÇÕES E DAS VEDAÇÕES

- 10.1. Nos termos do permissivo contido nos [arts. 2.º e 5.º da Lei 11.419/2006](#), as intimações serão feitas por meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
- 10.2. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
- 10.3. Na hipótese do sub-ítem 10.2, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
- 10.4. A consulta realizada nos sub-ítems 10.2 e 10.3 deverá ser feita em até 10 dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

10.5. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do item 4, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

10.6. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma desta cláusula possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.

10.7. É vedado à CONTRATADA:

- 10.7.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 10.7.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- 10.7.3. contratar de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- 10.7.4. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e
- 10.7.5. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa fiscalização.

11.2. Compete ao fiscal:

- 1º - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução deste contrato, determinando a Contratada o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 2º - Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 3º - Emitir ordem de serviços ou de fornecimento, quando for o caso.
- 4º - Receber, conferir e atestar as notas/faturas para pagamento.

11.3. O fiscal ao receber nota/fatura do contrato deverá verificar se há alguma inconsistência ou dúvidas na documentação entregue. Havendo a CONTRATADA será notificada para no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documental e se for o caso corrigir e/ou substituir as notas/faturas.

11.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, quando for o caso de publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Roraima do TRF1 - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Boa Vista-RR,..... de..... de..... de 20....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Diretor-Geral  
(documento assinado eletronicamente)

Representante legal da CONTRATADA

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato - Lei 8.666/93

I - Do objeto e seus elementos característicos;

II - Do regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - Do preço, condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - Dos prazos de início da execução, da conclusão, da entrega e do recebimento definitivo, conforme o caso;

V - Do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - Das garantias para assegurar a execução, quando exigidas;

VII - Dos direitos e das responsabilidades das partes;

VIII - Das penalidades cabíveis, dos valores das multas e os casos de rescisão;

IX - Da vinculação ao edital de licitação e da legislação aplicável à execução do contrato;

X - Dos casos omissos e do Foro;



Documento assinado eletronicamente por ADEMARCIO DA SILVA, Assessor, em 15/10/2022, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 0733809 e o código CRC A6A8223C.